



## Definir mais recursos para a saúde será desafio do Senado

Regulamentação da Emenda 29, que define investimentos no setor, deve ser votada no dia 28 na Câmara e voltará aos senadores

A regulamentação da Emenda 29 – que define percentuais de investimento na saúde por parte da União, estados e municípios – é uma das principais bandeiras de mobilização de prefeitos marcada para a semana que vem, em Brasília. A Confederação Nacional de Municípios reclama dos estados e do governo federal, que não estariam investindo os recursos

necessários ao setor por conta da demora na regulamentação. A Câmara deve votar o projeto no dia 28. Em seguida, a proposta volta ao Senado. A votação desagradou ao governo, que não quer novas despesas. Como a Câmara deverá votar a matéria sem definir uma fonte de receita adicional para a saúde, um dos desafios do Senado será encontrar uma solução para o problema. **3**



Hospital Regional da Asa Norte, em Brasília: saúde teria perdido R\$ 66 bi por conta da demora em regulamentar emenda

Moreira Meniz/Senado Federal



Antonio Baralho/Firjan

### Firjan premia senadores por luta pela ética na política

Senadores da Frente Suprapartidária Anti-corrupção foram homenageados pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) por suas manifestações e ações em defesa da ética e da moralidade na política. Eles receberam terça-feira, no Rio, a Medalha Mérito Industrial. **2**

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira (E), da Firjan, e os senadores Ana Amélia, Casildo Maldaner, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Pedro Taques e Randolfe Rodrigues

### Relator manterá voto pelo fim das coligações

Valdir Raupp vai reiterar à Comissão de Constituição e Justiça sua posição contrária às coligações nas eleições proporcionais. Aprovada em junho, a proposta voltou ao exame da CCJ. **2**



Jonas Pereira/Senado Federal

Roberto Gurgel concede entrevista após reunião com José Sarney, no Senado

### Procurador-geral: combate à corrupção é prioridade

O Ministério Público examina com atenção a operação Caixa de Pandora, diz Gurgel. "Há elementos muito fortes sobre os envolvidos". **2**

### Energia eólica salta para 4,3% do total, diz Valadares **4**

### Plenário tem uma semana para votar MP das Escolas **3**

Após reunião com Sarney, Roberto Gurgel revela que há elementos "muito fortes" no processo da Caixa de Pandora e garante que não tratou de reajuste para o MP

## Procurador-geral defende luta contra a corrupção

O PROCURADOR-GERAL DA República, Roberto Gurgel, disse terça-feira, após encontro com o presidente do Senado, José Sarney, que a sociedade brasileira precisa se conscientizar de que o combate à corrupção é prioridade.

Gurgel afirmou que o Ministério Público tem investido tempo no exame do processo da Caixa de Pandora, operação da Polícia Federal, realizada em 2009, que culminou com a prisão do então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e revelou vídeo da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) recebendo dinheiro. Ela foi absolvida pela Câmara dos Deputados dia 30 de agosto. Segundo Gurgel, porém, há elementos "muitos fortes" sobre todos os envolvidos.

– Em razão da complexidade, o caso tem-nos tomado tempo. Mas logo o Ministério Público deve oferecer denúncia – disse.

Gurgel também comentou o Regime Diferenciado de Contratações, que flexibiliza as regras de licitação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A oposição já ajuizou ações no Supremo Tribunal Federal contra o regime.

– O Ministério Público quer que o evento se realize sem grandes prejuízos ao erário – declarou Gurgel.

O procurador-geral negou que tenha tratado com Sarney de aumento de salários no Ministério Público, mas lembrou que as perdas projetadas para 2011 chegam a 21% e negou que um aumento possa comprometer os programas sociais.



Gurgel reuniu-se com o presidente do Senado e reforçou o combate à corrupção

## Raupp vota pelo fim de coligações em eleições proporcionais

A proposta que proíbe coligações de partidos em eleições proporcionais – para vereador, deputado estadual e deputado federal – foi aprovada em junho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas voltou à comissão após pedido para que o texto fosse analisado com outra proposta de teor semelhante. Se depender do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), a decisão será a mesma de junho.

Raupp recomenda que a PEC 40/11 – apresentada pela Comissão de Reforma Política – seja aprovada novamente. E defende a rejeição da PEC 29/07, que passou a tramitar em conjunto com a PEC 40/11 após solicitação de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A mais antiga, apresentada pelo próprio Jarbas, também prevê o fim daquelas coligações.

– Acredito que isso seja votado na próxima semana – declarou Raupp.

Os que propõem o fim das

coligações em eleições proporcionais argumentam que elas viabilizam uniões "passageiras, de conveniência", e são um artifício para aumentar o tempo de propaganda eleitoral dos partidos maiores, além de permitir que os partidos menores alcancem o quociente eleitoral e elejam mais parlamentares.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), no entanto, apresentou voto em separado pela rejeição de ambas as PECs. Essas propostas, na opinião do parlamentar, pretendem acabar com um instrumento legal – as coligações – "que permite a participação das minorias político-partidárias". Portanto, diz, as propostas entram em conflito com o pluralismo político previsto na Constituição.

O voto em separado de Inácio Arruda será examinado pela CCJ apenas se o relatório de Valdir Raupp não for aprovado pela comissão.

## Congresso examina créditos suplementares na terça-feira

Por acordo de líderes, a sessão conjunta do Congresso marcada para terça-feira foi adiada para a próxima semana. Na terça que vem, senadores e deputados vão dar continuidade à reunião iniciada em 1º de setembro.

Na pauta constam três projetos de lei, que abrem créditos adicionais ao Orçamento da

União: o PLN 3/11, em favor dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o PLN 6/11, para o Ministério da Educação; e o PLN 10/11, beneficiando o Judiciário e o Ministério Público. A nova sessão do Congresso foi agendada para às 19h da próxima terça-feira.

## Senadores ganham medalha por ação pró-moralidade

Senadores da Frente Suprapartidária Anticorrupção foram homenageados pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) por suas manifestações e ações em defesa da ética e da moralidade na política. Eles receberam anteontem, no Rio, a Medalha Mérito Industrial, a mais alta honraria da entidade.

Foram homenageados Paulo Paim (PT-RS), Ana Amélia (PP-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Luiz Henrique (PMDB-SC), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Pedro Taques (PDT-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Durante o ato, o sistema Firjan lançou o *Manifesto do Empresariado Brasileiro em Favor da Ética na Política*, que reitera os princípios da entidade em relação ao tema.

## Grupo pede apoio à ABI para mobilizar sociedade

Anteontem, no Rio, senadores da Frente Suprapartidária Anticorrupção se reuniram com a diretoria da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para apresentar um pacote de medidas de combate à corrupção, incluindo o fim do voto secreto no Congresso e a transformação em crime hediondo dos delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa.

– A ABI prometeu ajudar a levar nossas demandas à sociedade – disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

De acordo com o parlamentar, outros temas considerados essenciais para envolver a população são a aplicabilidade imediata da Lei da Ficha Limpa e a adoção dos mesmos critérios previstos na lei para nomeação em cargos de confiança, além de maior celeridade no julgamento de crimes de corrupção.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão não deliberativa

14h Sem votações, a sessão é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Valdir Raupp • Walter Pinheiro • Lídice da Mata

\* Licenciado

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## MP com recursos para escolas deve ser votada até quarta

Deve ser votado até quarta-feira o projeto de lei de conversão (PLV 22/11) que autoriza a transferência de recursos para manutenção de novas creches e pré-escolas da rede pública. Proveniente da Medida Provisória 533/11, o PLV tranca a pauta do Plenário e tem que ser votado até o dia 20 para não perder a validade.

A transferência está estimada em R\$ 176 milhões em 2011, R\$ 724 milhões em 2012,

R\$ 791 milhões em 2013 e R\$ 622 milhões em 2014.

Para ser beneficiado, o estabelecimento precisa ter sido construído com recursos de programas federais; estar em plena atividade; e ser cadastrado em sistema do Ministério da Educação. Mas não pode estar computado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

## Walter Pinheiro quer campus universitário no oeste da Bahia

Walter Pinheiro (PT-BA) informou que na próxima semana a bancada federal da Bahia vai se reunir com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para solicitar a ampliação do projeto de instalação de *campi* universitários na bacia do rio Corrente. O senador disse que essa é uma reivindicação da população do oeste do estado.

Pinheiro argumentou que a região precisará formar mão de obra, devido à construção da Ferrovia Oeste-Leste. A ferrovia, assinalou, traz consigo importantes núcleos de logística e distribuição, que necessitarão de profissionais especializados.

– Não é possível que não levemos um *campus* da futura Universidade do Oeste para a bacia do rio Corrente. Foi uma vitória a instalação da instituição, com os *campi* em



Para senador, construção de ferrovia vai exigir mão de obra especializada

Bom Jesus da Lapa, Barra e Luís Eduardo Magalhães, com sua sede na cidade de Barreiras. Mas urge a instalação de uma unidade na bacia do rio Corrente – disse o senador, em discurso na terça-feira.

Wellington Dias (PT-PI) disse, em aparte, que o ensino descentralizado faz a riqueza existente em cada lugar se transformar em qualidade de vida e desenvolvimento.

## Moka: governo precisa assumir combate ao crack

Reportagens recentes do *Correio Braziliense* mostraram o mesmo quadro revelado pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e Crack em quatro meses de audiências, assinalou Waldemir Moka (PMDB-MS). Criada em fevereiro, a subcomissão concluirá seu trabalho em outubro.

O senador mencionou que o próprio Ministério da Saúde admite mudanças em relação ao financiamento das ações de combate ao *crack*, conforme adianta o jornal, que aponta ainda a carência de profissionais envolvidos no tratamento de dependentes de drogas, como psiquiatras e psicólogos.

– É preciso sair da teoria para a prática urgentemente. A saída é que o governo assuma de vez as operações [de combate ao *crack*], auxiliando as comunidades terapêuticas, cujo trabalho se encontra comprometido pela falta de recursos.



Segundo Moka, ministério já admite mudança na política contra o crack

Assim que deputados votarem regulamentação da Emenda 29, no fim do mês, tema será analisado por senadores; projeto quer impedir que verba da saúde vá para outras áreas



Pacientes aguardam atendimento em hospital público: SUS receberá mais verbas quando Emenda 29 for regulamentada

# Dinheiro extra para o SUS voltará à pauta do Senado

NO FINAL DESTES meses, chegará ao Senado o projeto que tem como objetivo reforçar o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), marcou para o dia 28 a votação da regulamentação da Emenda Constitucional 29. Sendo de fato votado nessa data, o projeto de lei complementar (PLP 306/08 na Câmara e PLS 121/07 no Senado), do então senador Tião Viana, voltará ao Senado. Depois, será enviado para a sanção presidencial.

A Emenda 29, aprovada em 2000, diz os valores mínimos que o poder público deve aplicar em saúde. Os municípios precisam investir 15% de suas receitas e os estados, 12%. A União deve investir o valor do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB).

O texto, porém, é genérico. Isso permite aos governantes incluir nas contas da saúde gastos com aposentadoria, sistema penitenciário, reforma agrária e saneamento básico, por exemplo. Com esse tipo de “maquiagem”, atingem o mínimo obrigatório. Regulamentada a Emenda 29, ficaria claro o que são gastos com saúde, e o SUS deixaria de perder dinheiro para outras áreas.

### Novo imposto

O problema é que os governantes não sabem de onde tirar o dinheiro necessário para reforçar o orçamento do SUS e garantir o cumprimento da Emenda 29.

A votação desagradou ao governo. A presidente Dilma Rousseff disse que o atual momento de crise internacional não é propício para a criação de despesas

– no caso, para a saúde – sem a definição da fonte dos recursos.

A pressão política para votar a regulamentação da Emenda 29, que é grande inclusive na base governista, deve aumentar com a mobilização de prefeitos marcada para a semana que vem.

Um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), organizadora da mobilização, estima em R\$ 66 bilhões a perda de recursos no setor de saúde com a demora na aprovação da regulamentação.

Para compensar as perdas de verbas federais e estaduais no SUS, segundo a CNM, os municípios são obrigados a investir cada vez mais no setor. De 2000 a 2009, teriam aplicado R\$ 100 bilhões acima do mínimo constitucional de 15%.

### Desafio

Como a Câmara deverá votar a regulamentação sem definir uma fonte de receita adicional para a saúde, um dos desafios do Senado será encontrar uma solução para o problema.

Governadores têm se pronunciando sobre a necessidade dessa fonte adicional de custeio. Uma alternativa é recriar a extinta CPMF com o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS). Para evitar a criação de mais um tributo, cogita-se elevar os impostos sobre as bebidas alcoólicas e o fumo e o seguro obrigatório dos carros (DPvat).

### Estado grave

Confederação Nacional de Municípios reclama do governo federal e dos estados, que não estariam investindo os percentuais destinados à saúde pela Emenda 29



## Não adianta mudar nome da CPMF, critica Dornelles



Francisco Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) condenou, na terça-feira, a intenção do governo de criar um novo imposto para financiar a saúde, nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

De acordo com ele, o que caracteriza uma nova contribuição não é o nome, mas a base de cálculo e seu fato gerador. Assim, mesmo com o nome de contribuição sobre a saúde, o tributo seria a mesma CPMF, com base em movimentação financeira. E não poderia, afirmou, ser criada por lei complementar, como quer o governo.

– Se colocarmos aqui uma placa de “Presidência da República”, nem por isso o Senado se torna o Executivo – disse Dornelles.

## Alvaro cobra reforma tributária prometida

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a presidente Dilma Rousseff por, ao contrário de empreender a reforma tributária prometida na campanha eleitoral, pedir agora uma nova fonte de recursos para a saúde pública.

– O discurso foi o da redução da carga tributária. Por que agora querem recriar a CPMF ou criar um novo imposto?

De acordo com o senador, como candidata, a presidente defendeu a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que destina recursos para a saúde. Agora, no entanto, transferiu a responsabilidade para o Congresso.

– O problema da saúde pública não é dinheiro, é de competência, honestidade e organização – disse o parlamentar.



Alvaro Dias



Metade da população somali passa fome e ajuda é urgente, diz senador

## Raupp pede que ONU e Brasil ajudem a Somália

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo para que a Organização das Nações Unidas (ONU) adote medidas mais urgentes e eficazes frente à catástrofe que atinge a Somália. Ele também pediu à presidente Dilma Rousseff uma participação mais ativa do Brasil nos esforços internacionais de ajuda contra a fome na África.

Relatório da ONU citado pelo senador avalia que 4 milhões de pessoas estão passando fome na Somália, o que equivale a mais da metade da população; 750 mil podem morrer de fome até o fim de 2011.

– É hora de o mundo, mais uma vez, voltar os seus olhos para aquela região e ajudar o povo somali a combater a fome. Com a palavra a ONU e todos os outros países – afirmou o parlamentar, lembrando que essa condição de emergência alimentar atinge também milhões de pessoas no Quênia e na Etiópia.

Até 2013, serão inaugurados 141 empreendimentos, segundo o senador. Com os novos investimentos, participação no sistema elétrico nacional deve saltar de 0,5% para 4,3%

# Energia eólica cresce no Brasil, comemora Valadares

ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) destacou terça-feira o crescimento da participação da energia eólica na matriz energética brasileira. O senador afirmou que a crise nos mercados desenvolvidos e a valorização do real colocam o Brasil na rota dos fabricantes de aerogeradores.

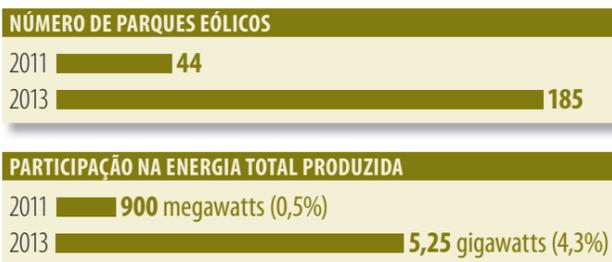
– O principal obstáculo, porém, é a inovação tecnológica. Precisamos desenvolver tecnologias de torres, de pás, geradores e componentes – observou, citando como exemplo positivo o trabalho do Centro de Excelência em Energia Eólica, inaugurado pela PUC-RS em 2007.

Valadares lembrou que nos últimos dois anos o governo federal contratou a construção de 141 novos empreendimentos, que deverão ser inaugurados até 2013. Ele informou que os 44 parques eólicos em operação no Brasil geram apenas 0,5% da energia produzida no país.

Com os novos investimentos, explicou, a capacidade instalada nos moinhos deverá saltar dos atuais 900 megawatts para 5,25 gigawatts, elevando a participação desse tipo de energia no sistema elétrico para 4,3%.

## Força dos ventos

Importância da energia eólica na matriz energética do Brasil cresce com a contratação de novos empreendimentos pelo governo federal



– Em apenas dez meses, o governo contratou 3,9 gigawatts de energia eólica, mais de 70% do que era esperado até o fim da década. Diante disso, o setor quer que o governo realize um leilão exclusivo de energia eólica de ao menos 2 gigawatts ao ano até 2020, garantindo às fazendas de vento ao menos 10% de toda a capacidade de geração do país ao fim da década – informou.

Valadares também comemorou o avanço da energia eólica em Sergipe. Segundo ele, há um parque eólico em fase final de construção no município de Barra dos Coqueiros, com



Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal

Valadares diz que falta de inovação tecnológica ainda é obstáculo capacidade para abastecer uma cidade de 200 mil habitantes, e planos para construção em Nossa Senhora das Dores.



Para o senador, região é rica em recursos minerais, mas carece de qualificação profissional

## Wellington: semiárido merece investimento maior em educação

O senador Wellington Dias (PT-PI) disse terça-feira que é preciso aumentar os investimentos em educação na região do semiárido. Segundo o parlamentar, embora a região seja rica em recursos minerais e tenha potencial para o desenvolvimento de vários tipos de cultivos agrícolas irrigados, carece de programas de qualificação profissional que possibilitem à população local explorar melhor os recursos.

– Eu quero, com esses dados, apenas dizer que nós temos um

semiárido rico, mas é preciso investir pesado em educação; uma educação que qualifique e possa garantir um conhecimento maior e profundo de nosso habitat – disse.

O parlamentar informou ainda que o governo federal está trabalhando na criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – dentro do projeto da reforma tributária em discussão no Congresso Nacional –, o qual deverá oferecer condições para o desenvolvimento do semiárido nordestino.

## Senador lamenta morte do pai de Marcelo Déda

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou a morte, na terça-feira, de Manoel Celestino Chagas, pai do governador de Sergipe, Marcelo Déda. Chagas morreu de madrugada, aos 84 anos, depois de dois meses internado para se recuperar de

queda sofrida em casa.

– Funcionário público, homem simples, correto, que criou a sua família dentro das tradições mais legítimas – disse o senador, lembrando o trabalho feito por Chagas como servidor do fisco estadual.

## País tem boas condições para atravessar crise, diz Lídice

O Brasil tem condições de enfrentar “com muita tranquilidade” a crise econômica mundial, avaliou a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) na terça-feira. Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) – *Brasil ante a Crise Financeira Internacional* – revela essas perspectivas favoráveis, afirmou.

Segundo ela, o estudo mostra que a economia brasileira está em melhores condições do que na crise de 2008, e a desaceleração moderada no crescimento da economia, com diminuição da produção industrial, pode permitir ajuste nas políticas macroeconômicas, com queda sustentada das taxas de juros, já iniciada.

A queda nos preços das commodities,



Senadora aponta dados de estudo do Ipea

por sua vez, favorece o controle da inflação: o comportamento descendente do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, aponta isso, acrescentou.

Outro ponto positivo apontado por Lídice é que o sistema financeiro nacional está funcionando sobre bases bastante sólidas, não sendo razoável prever qualquer obstrução dos canais de crédito. Além disso, as reservas em moeda estrangeira, de R\$ 350 bilhões, estão no nível mais alto de toda a história do país.

Apesar do cenário estável, há dois pontos de vulnerabilidade que precisam ser superados, segundo a senadora: o nível de apreciação do câmbio provocado pelo afluxo de moeda externa, que induz a valorização artificial do real e desestimula a competitividade em vários setores; e a grande dependência do país em relação à exportação agromineral.

## Para Ferraço, Banco Central não está perdendo autonomia



Ferraço elogia redução dos juros e cita artigo de Delfim Netto

A redução da taxa de juros Selic para 12% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) foi elogiada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador disse que a decisão não significa que o Banco Central esteja perdendo sua autonomia. “O que vi foi uma sinergia entre política econômica, política fiscal e política monetária”, comentou.

Ferraço leu o artigo “Um viva para o Copom”, do ex-ministro Antonio Delfim Netto, publicado pelo jornal *Valor Econômico*. De acordo com o senador, o texto segue o mesmo raciocínio. “Pela primeira vez, em quase duas décadas, o Banco Central mostrou que é, efetivamente, um órgão de Estado com menor influência do setor financeiro privado”, diz o artigo lido por Ferraço. Nele, Delfim Netto afirma ainda que o governo federal deve continuar priorizando medidas em prol do “equilíbrio fiscal de longo prazo”, conter despesas de custeio e melhorar a “qualidade do financiamento da dívida interna”.

## Vanessa aplaude parecer favorável à lei sobre mínimo



“Passamos uma atribuição ao governo federal”, explica Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou o parecer favorável do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, à constitucionalidade da Lei 12.382/11, que estabeleceu o valor do salário mínimo em R\$ 545.

A oposição questionou no Supremo Tribunal Federal a regra para o reajuste do mínimo nos próximos quatro anos prevista na mesma lei, considerando-a interferência em atribuição do Congresso. A Lei 12.382/11 determina que o salário mínimo seja reajustado de acordo com a variação da inflação do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Segundo a senadora, o procurador-geral disse que a lei determina regra clara e explícita, “sem espaço para casuismo”, e considerou que o reajuste do salário mínimo passou a ser uma tarefa político-administrativa, e não legislativa.

– Passamos atribuições ao governo federal, a partir de uma regra perfeitamente estabelecida em lei – argumentou.

## Geovani apoia protesto no Amapá



Executivo local que altera o Conselho Estadual de Cultura.

Se aprovado, o projeto dará ao governador Camilo Capiberibe controle total sobre o órgão, alegam os integrantes do conselho, que já encaminharam ao Ministério Público e ao tribunal de contas do estado um pedido de investigação nas contas da Secretaria de Cultura do Amapá.

Geovani disse estar preocupado com o Amapá, em vista de movimentos reivindicatórios de médicos e professores.

## Obra de ferrovia preocupa Pinheiro

As obras da Ferrovia Oeste-Leste, que ligará o Tocantins à Bahia, preocupam o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Segundo ele, além de entraves com o Ibama e outros órgãos de licenciamento, a obra agora está paralisada porque o Tribunal de Contas da União (TCU) considera o projeto desatualizado.

– A obra acabou de ser autorizada para retomar e já desatualizou?

Walter Pinheiro afirmou que vai procurar o Ministério dos Transportes para saber o motivo da desatualização.

– Gostaria muito de saber qual é a verdadeira função do TCU e quero fazer essa cobrança veemente – disse.